

promontoria

Revista de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve

Ano 13 - N.º 13
2020 - 2021

Editor

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade do Algarve
Campus de Gambelas, Faro
promontoria@ualg.pt

Comissão Editorial

António Paulo Oliveira
Maria João Valente
Renata Malcher de Araujo

Conselho Científico

Cláudio Torres (Campo Arqueológico de Mértola)
Cristiana Bastos (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)
Joaquim Romero Magalhães (Universidade de Coimbra)
Jorge Alarcão (Universidade de Coimbra)
José Eduardo Horta Correia (Universidade do Algarve)
Jean Pierre Molenat (Centre National de la Recherche Scientifique, França)
Lawrence G. Straus (University of New Mexico, Estados Unidos da América)
Maria Jesus Viguera (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
Michael Kunst (Deutsches Archäologisches Institut, Alemanha)
Pedro Dias (Universidade de Coimbra)
Zília Osório de Castro (Universidade Nova de Lisboa)

IMPRESSÃO

Gráfica Comercial – Loulé
geral@graficacomercial.com
www.graficacomercial.com

TIRAGEM

250 exemplares

ISSN 1645-8052

DEPÓSITO LEGAL N.º 199519/03

A Fortaleza de Cranganor (Kodungallor) sob domínio Português (1507?-1662)

Vitor Luís Gaspar Rodrigues
Investigador Auxiliar com Agregação
Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Introdução

A barra e o estuário do Periyâr, localizados a cerca de cinco léguas a norte de Cochim, foram palco, desde muito cedo, em virtude de se tratar de um local estratégico tanto do ponto de vista militar como económico, de sucessivos confrontos navais e terrestres entre as forças do Samorim, suportadas pelos seus aliados muçulmanos, e as armadas portuguesas. Local de confluência de vários rios que desciam dos Gates e que serviam de meio de transporte para a pimenta ali produzida, era também um ponto obrigatório de passagem das tropas de Calecut por altura dos raids militares lançados sobre o vizinho estado de Cochim. Não tardou, por isso, que as forças da coroa portuguesa ali tivessem estabelecido um sistema fortificado constituído por uma torre artilhada, edificada em Palipuram à entrada da barra, e, mais tarde, de uma pequena fortaleza construída em Cranganor (Kodungallor) com o objetivo de dominar o porto.

No artigo que agora se publica abordaremos não só a problemática em torno da data da construção dessas estruturas fortificadas, inserindo-as no processo mais vasto de fixação dos portugueses no Malabar com o objetivo de controlar os fluxos da pimenta em direção às rotas do Levante, elemento fundamental para a viabilização económica da “Carreira da Índia”, mas analisaremos também o seu desenvolvimento posterior, marcado sobretudo pelos conflitos político-militares mantidos com o reino de Calecut, até à conquista da praça pelos holandeses em 1662.

Os primeiros anos de “aprendizagem” no Malabar

Situado na costa do Malabar a cinco léguas de Cochim, o porto de Cranganor foi, desde muito cedo, em virtude da sua importância geoestratégica e económica, objeto do interesse das forças portuguesas, embora não tivesse já o movimento comercial de outrora, perdido em virtude de as cheias do rio haverem rasgado mais a sul a barra de Cochim¹. Localizado na confluência de vários rios que, como o Periyâr, traziam das encostas dos Gates a pimenta que dali fluía para Calecut e se destinava a abastecer a rota do Mar Vermelho, os responsáveis pela

¹ Sobre o assunto veja-se K. P. Padmanabha Menon, *History of Kerala, written in the form of notes on Visscher's Lettres from Malabar*, New Delhi e Madras, Asian Educational Services, 1993, vol. I, pp. 297 a 238 e vol. II, pp. 104-106.

condução da política oriental portuguesa cedo se aperceberam da necessidade de controlar essas passagens, não só para procurarem viabilizar economicamente a rota do Cabo, de forma a transformá-la na principal escápula de abastecimento da Europa com especiarias orientais, mas também, e não menos importante, para evitar os constantes ataques das forças de Calecut ao reino de Cochim, seu aliado fundamental na região.

Datam, com efeito, de muito cedo – 1503/04 – os primeiros confrontos militares ali travados entre os exércitos de Calecut e as forças da coligação luso-cochinesa capitaneadas por Duarte Pacheco Pereira. Com a defesa dos principais “passos” de acesso à ilha de Cochim o capitão português procurou, e conseguiu, impedir que se repetisse o ocorrido em 1503², quando as tropas do Samorim conquistaram e incendiaram a cidade, tendo o Rajá de Cochim e os principais do reino, acompanhados dos portugueses aí estabelecidos, procurado refúgio na ilha de Vaipim, onde permaneceram até à chegada das naus da Carreira da Índia, capitaneadas por Francisco e Afonso de Albuquerque, que os libertaram do enorme sufoco em que se encontravam³.

Em Outubro de 1504, Lopo Soares de Albergaria, capitão-mor da armada enviada para o Índico nesse ano, sabendo que o Samorim concentrara as suas forças em torno do porto de Cranganor⁴, ponto de passagem tradicionalmente usado pelas suas forças militares para invadir Cochim, ordenou que uma armada composta por algumas caravelas e quinze batéis apadesados⁵ e com mantas⁶ para protegerem a artilharia, apoiados por quinze grandes paraus de Cochim, atacasse as várias naus e os cerca de noventa paraus⁷ que ali se encontravam fundeados. A exemplo

² Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1979, vol. I, livro I, capítulo LIII, p. 115; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão, 1975, vol. I, pp. 358-365; e Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmãos, 1976, Parte III, capítulo XX, p. 645.

³ Sobre o assunto veja-se Jean Aubin, “L’Apprentissage de L’Inde. Cochin 1503-1504”, in *Moyen Orient & Océan Indien. Middle East & Indian Ocean, XVIe-XIXe s.*, vol. IV, Paris, Société d’Histoire de l’Orient, 1987, pp. 7 e seguintes.

⁴ Situado em 10° 12’ lat. N e 76° 12’ long. E. Cf. Visconde da Lagoa, *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina. I Parte Ásia e Oceânia*, Lisboa, Ministério das Colónias, 1950, vol. I, p. 280.

⁵ Defendidos com paveses, grandes escudos de madeira usados nas amuradas dos navios para defender os soldados dos vóveis de setas e outros projéteis - painéis de pólvora, lanças, pedras, etc^a, enviados pelos arqueiros e soldados malabares ao serviço de Calecut. Cf. Humberto Leitão e J. Vicente Lopes, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, Lisboa, CEHU/JICU, 1974, p. 402.

⁶ Parapeito formado por vigas e tábuas destinado a proteger os homens e a artilharia dos tiros inimigos. *Idem, Ibidem*, p. 338.

⁷ Os números apresentados pelos diferentes cronistas variam significativamente, falando Gaspar Correia de 5 naus e 90 paraus, enquanto Castanheda refere duas naus à carga e um número indeterminado de paraus. Cf. *Lendas* [...], já cit., vol. I, p. 507; *História do Descobrimento* [...], já cit., livro I, cap. XCIV, p. 199. Quanto ao número redondo (noventa) de paraus adiantado por Gaspar Correia, deve ser encarado com sérias reservas, se bem que fosse normal a desproporção existente entre o número de navios portugueses e os de Calecut, o mesmo sucedendo relativamente ao número de soldados de uma e outra das forças, facto comprovado por Zinadim em *História dos Portugueses no Malabar. Manuscrito Árabe do século XVI*, publicado e traduzido por David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, pp. 38 e 39.

do que vinha sendo prática corrente desde 1501⁸ o capitão-mor ordenou aos seus capitães que os navios portugueses não abordassem as naus mas as atacassem com recurso à artilharia, sendo os disparos feitos ao lume da água de forma a arrombarem os cascos, usando os soldados o arremesso de panelas de fogo enquanto os artilheiros recarregassem as peças. As naus muçulmanas, pelo contrário, combateram de forma tradicional, permanecendo estáticas, acorrentadas entre si e com as proas em terra, como se de fortificações terrestres se tratasse. Embora os navios portugueses de maior calado tivessem permanecido em Palipuram (Paliporto), situado na ilha de Vaipim à entrada do rio de Cranganor, em virtude de não poderem entrar nos pouco profundos canais que davam acesso àquele porto, as naus e os paraus de Calecut, sem mobilidade e com pouca artilharia a bordo, embora com um grande número de soldados, frecheiros sobretudo, revelar-se-iam presa fácil para os fortemente artilhados navios portugueses que optaram sempre por combater à distância.

Destruidos os navios do Samorim aí fundeados, as forças luso-cochinenses lançaram um assalto anfíbio sobre o porto e a cidade, manobra que os portugueses desde há muito praticavam com grande sucesso nas costas marroquinas, onde eram designadas como “saltos”, tendo expulsado o que restava dos exércitos de Calecut. Saqueada a cidade, foi de imediato posto fogo à povoação, salvando-se apenas algumas das casas de cristãos malabares, há muito radicados na região.

Embora as fontes não o refiram explicitamente estamos em crer que Duarte Pacheco e os seus aliados cochinchenses poderão ter edificado aí, a exemplo do que fizeram noutros “passos” mais vulneráveis em torno de Cochim, alguns sistemas defensivos, tanto em terra – tranqueiras, como no rio – estacadas, tendentes a controlar não só as movimentações dos exércitos e frotas do Samorim, mas também o fluxo dos tones⁹ que dos Gates traziam a pimenta até à costa. A este propósito,

⁸ Datam, com efeito, de 1501, as primeiras diretivas emanadas dos responsáveis pela condução dos assuntos ultramarinos, que ordenavam aos capitães das armadas que combatessem sempre à distância, a navegar e com recurso à artilharia, evitando, sempre que possível, que os seus navios fossem abordados. Temendo a disparidade entre o número de navios orientais e os dos portugueses a operarem no Índico e sabendo da superioridade da artilharia dos seus navios de alto bordo perante os mais frágeis e menos artilhados navios orientais, criaram assim uma nova tática de combate naval que rompia com os antigos preceitos da investida – abordagem – combates corpo a corpo, e que contribuiu para a afirmação dos navios portugueses, sobretudo em mar aberto, face às armadas orientais. Cf. *Borrão original de algumas folhas das Instruções Régias (Regimento Real) dadas a Cabral para a sua viagem*, c. Fevereiro de 1500, in A.N.T.T., *Leis sem data*, maço I, nº 21, publicado por Fontoura da Costa em *Os sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa referentes à armada de Cabral*, Lisboa, A.G.U., 1968, pp. 38 e 39. Sobre o assunto veja-se Vitor Luís Gaspar Rodrigues, «The “Easternization” of the Portuguese Fleets in the Asian Seas during the 16th Century: causes and consequences», in *Gujarat and the Sea*, (ed.) Lotika Varadarajan, Vadodara – Gujarat – India, Darshak Itihas Nidhi, 2011, pp. 221 e seguintes.

⁹ Gaspar Correia descreve-os como sendo “barcos de feição de uma lançadeira de tecelão, muito compridos de cinco seis braças, lados e largos por baixo, e redondos dos costados e muito voltados por cima, que não tem abertura mais que três palmos; por dentro tem repartimentos que os fazem muito fortes; são de tavoado de angelim, pao mui forte, e as távoas juntas de meio fio, com pregos de largas cabeças que revitão por dentro sobre outras cabeças de ferro, tão perfeitamente obrados que nunca fazem agoa [...] vão pelo rio sem vela nem remo, somente à força de braços puxados com grandes canas”. Cf. *Lendas [...]*, já cit., vol. I, p. 405.

António Bocarro, autor d'*O Livro das Plantas de todas as Fortalezas...*, escrevendo bastante mais tarde do que os cronistas que temos vindo a referenciar, remete, erradamente, para 1502 a sua fundação, afirmando tratar-se de uma fortificação à sombra da qual o Rajá de Cochim construíra “huma serca da banda de fora de Cranganor, com que senhorizou obra de hum tiro de espingarda ao redor da fortaleza de distancia de terra so pela banda do mar, que he a de ues-noroeste, fazendo alguns sarames, que são huma caza de pao em quadrado postos sobre quatro esteiros de paos groços de altura de duas braças”¹⁰.

A criação das primeiras estruturas defensivas permanentes na região durante o governo de D. Francisco de Almeida: Cranganor ou Palipuram?

O envio do Vice-rei D. Francisco de Almeida para o Oriente com um Regimento extraordinariamente alargado e com diretivas explícitas para a ocupação de alguns pontos estratégicos do Índico, tanto na costa oriental africana, como na costa ocidental indiana¹¹, marca o momento a partir do qual os portugueses, cientes da sua incapacidade para concorrerem comercialmente com os mercadores muçulmanos nos mercados do Índico, vão optar por uma política de aprofundamento da sua presença militar na região, em especial no Malabar.

D. Francisco de Almeida, interessado sobretudo em assegurar o eficaz aprovisionamento das naus do reino com a pimenta e demais especiarias orientais, e em promover, com recurso às suas armadas, o bloqueio do tráfico muçulmano que através das rotas do mar arábico e do mar vermelho abasteciam os principais portos dominados pelo império mameluco, centrou toda a sua ação político-militar na costa do Malabar, ignorando as repetidas determinações régias que o aconselhavam a estabelecer relações diplomáticas com outros estados, Vijayanagar ou Malaca por exemplo, de forma a alargar a esfera de ação da presença portuguesa no Índico. Pouco interessado em impor uma política mais marcadamente imperialista, o Vice-rei optou por apostar no fortalecimento da presença portuguesa em torno do reino de Cochim seu aliado fundamental na luta contra o Samorim de Calecut e principal centro de abastecimento das naus da Carreira.

É, pois, neste quadro de forte aposta nos assuntos internos do Malabar por parte de D. Francisco e de adoção de uma política de construção de fortalezas na região - edificação em Cochim de uma fortificação em pedra em substituição do castelo de madeira construído sob a direção dos primos Francisco e Afonso de

¹⁰ Cf. António Bocarro, *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, transcrição de Isabel Cid, vol. II, Lisboa, INCM, 1992, p. 192.

¹¹ Cf. *Regimento de capitão-mor que D. Francisco de Almeida levou para a Índia*, A.N.T.T., *Leis*, maço 2, doc. 13, publicado por Joaquim Candeias da Silva, *O Fundador do 'Estado Português da Índia' D. Francisco de Almeida 1457(?) - 1510*, Lisboa, CNCDP-CM, 1996, pp. 261 a 299.

Albuquerque, a que se seguiu a ereção das fortalezas de Cananor e de Couvão¹² - que se enquadra o reforço das estruturas defensivas em torno da cidade e porto de Cranganor, o mais antigo estabelecimento de judeus e cristãos, os cristãos siro-malabares, que à data da chegada dos portugueses se encontravam já em decadência¹³.

Segundo Gaspar Correia, o pedido inicial para a construção de uma fortaleza “entre os rios de Cranganor e Cochim” teria partido do próprio Rajá, que muito rogou ao vice-rei português D. Francisco de Almeida “que mandasse fazer um castelo forte na confluência de dois rios principais que vinham de Cranganor e da parte de Cochim, que era o principal passo (zona de passagem) por que o rei de Calecut quisera passar na última vez que invadira as suas terras”¹⁴. Esse “passo” estava localizado, de acordo com o autor anónimo do *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia*, a sul da cidade de Cranganor, a qual se encontrava “por um lado cercada por um rio que corre ao longo dela, e por outro pelo mar, e do lado de terra tem um sapal (pântano), o que a transforma quase numa ilha”¹⁵.

Num artigo que escrevemos há alguns anos, em colaboração com Sidh Mediratta, para a obra *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, defendemos, na linha do que já outros autores haviam feito, que esse castelo tinha então sido erigido em Cranganor, sendo, por isso, uma construção anterior à da fortaleza que aí foi edificada na década de 1530¹⁶. Todavia, numa visita realizada alguns anos mais tarde a Kodungallor, em 2011, ao campo arqueológico onde decorrem as escavações que têm dado a conhecer o que resta da fortaleza, pude constatar que ali não foram detetados quaisquer vestígios de uma fortificação anterior à construída pelos portugueses em 1536, cujos baluartes e alguns restos de panos de muralha se encontram agora a descoberto, bem como o que resta da fortaleza triangular

¹² Joaquim Candeias da Silva ao analisar a ação desenvolvida pelo governador comprovou, sem margem para dúvidas, quão errada estava a historiografia tradicional ao apresentá-lo como um defensor estrénuo do poder naval e um adversário fervoroso do levantamento de novas fortalezas. Com efeito, tudo não passou, afinal, de uma análise descontextualizada de uma afirmação sua feita numa carta a D. Manuel na véspera da sua partida para a conquista de Diu em 6 de Dezembro de 1508, havendo, pelo contrário, outras missivas em que se manifestava um acérrimo defensor da construção de fortalezas nas margens do Índico. Cf. *O Fundador do 'Estado Português da Índia' D. Francisco de Almeida [...]*, já cit., pp. 167 a 170.

¹³ Sobre o assunto veja-se Luís Filipe Thomaz, *A lenda de S. Tomé apóstolo e a expansão portuguesa. Série separatas*, nº 233, Lisboa, IICT_CEHCA, 1992. Separata de *Lusitania Sacra*, revista do Centro de Estudos de História Religiosa, 2.ª série, tomo III (1991), pp. 349-418. Cf. Henry Yule e A. C. Burnel, *Hobson and Jobson. A Glossary of colloquial Anglo-Indian words and frases, and of Kindred Terms, Etymological, Historical, Geographical and Discursive*, 4ª ed., New Delhi, Munshiram Manoharlal Publishers, 1984, p. 272.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 737.

¹⁵ In *Livro das Cidades e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das Capitánias, e mais cargos que nelas há, e da importância delles*, publicado por Francisco Paulo Mendes da Luz, Lisboa, Centro de estudos Históricos Ultramarinos, 1960, p. 46 e 46V.

¹⁶ Cf. Vitor Luis Gaspar Rodrigues e Sidh Mendiratta, “Kodungallor [Cranganor] (Índia)”, in *Património de Origem Portuguesa no Mundo. Arquitectura e Urbanismo. Ásia, Oceania*, dir. José Mattoso, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 380/381.

construída pelos Holandeses após a sua conquista. Por outro lado, encontramos uma carta do Vice-rei para D. Manuel, de Dezembro de 1508¹⁷, em que aquele defendia a necessidade de construir uma fortaleza em Cranganor para impedir que a pimenta por ali continuasse a fluir para o mar arábico, o que nos levou a concluir que o referido castelo não terá sido edificado em 1507 em Cranganor, mas sim em Palipuram, que lhe fica muito próximo e que, tal como aquele era um local estrategicamente bem localizado para controlar a navegação de entrada e saída da barra. Confirma-o ainda o facto de Zinadim¹⁸, ao dar notícia da construção da fortaleza em Cranganor na década de 1530, não fazer qualquer referência à preexistência de uma fortificação portuguesa anterior, como seria natural se a mesma ali tivesse sido efetivamente edificada.

Para além disso, data de muito cedo o interesse manifestado pelos responsáveis da coroa manuelina relativamente a Palipuram (Paliporto para os Portugueses), pequena povoação situada próximo da barra do rio Cranganor (figura 1) onde haviam ficado estacionados, como referimos, os navios de maior calado da armada que em 1504 atacou Cranganor. Tratando-se igualmente de um local estratégico para impedir a navegação das frotas de Calecut à fortaleza de Cochim, os portugueses construíram aí, de acordo com a descrição do cronista, uma “casa forte sobradada (de dois andares)”, artilhada com duas peças de artilharia de grande calibre no piso térreo, viradas para os rios, e no piso superior quatro *falcões*, peças de artilharia de médio calibre e grande comprimento de tubo, que atiravam pelouros de ferro a grandes distâncias¹⁹. Tratava-se, de facto, de um poder de fogo muito significativo, suficiente para impedir a navegação fluvial nessa verdadeira encruzilhada de canais, e que atesta a solidez da pequena fortaleza aí construída, em especial por as suas muralhas suportarem ao nível do andar superior um número significativo de peças de artilharia de médio calibre, caracterizadas não só pelo seu grande peso, mas também pela violência do recuo no momento do disparo²⁰. A guarnição da fortaleza era constituída por dois bombardeiros e oito soldados portugueses chefiados por um capitão experimentado – Luís Álvares, para além de um número não identificado de combatentes malabares²¹.

Essa construção, que sofreu sucessivas remodelações, algumas delas, como refere Pedro Dias, posteriores à sua conquista pelos Holandeses²², surge

¹⁷ Cf. carta de D. Francisco de Almeida para o rei de Portugal, sem data [circa dezembro 1508], in Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, publicada por José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992, p. 43.

¹⁸ Zinadim aponta o ano de 1537 como sendo o da construção da fortaleza em Cranganor, afirmando que ela “se tornou para o Samorim um padrao”. In *História dos Portugueses no Malabar* [...], já cit., cp. VII, p. 63.

¹⁹ In Gaspar Correia, *Lendas* [...], já cit., vol. I, p. 737.

²⁰ Sobre o assunto veja-se o “Glossário” elaborado por Rafael Moreira em *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989, p. 326.

²¹ In Gaspar Correia, *Lendas* [...], já cit., vol. I, p. 738.

²² Cf. Pedro Dias, *Arte de Portugal no Mundo. Índia. Urbanização e fortificação*, Lisboa, Ed. Público, 2009, pp. 113 e 114.

referenciada nas fontes portuguesas como o “castelo de cima”, estando-lhe adstrito, a partir de 1554 pelo menos, um corpo de guarda formado exclusivamente por tropas locais comandadas por um capitão português, inicialmente subalterno do capitão de Cochim²³, mas que nos primeiros anos de Seiscentos se encontrava já, como refere o cronista António Bocarro, na dependência do capitão-mor do presídio de Cranganor²⁴.

A fortaleza de Cranganor (Kodungallor)

Com a substituição de D. Francisco de Almeida por Afonso de Albuquerque, ocorrida em finais de 1509, a política portuguesa de afrontamento militar a Calecut acabou por conhecer mudanças significativas. Com efeito, após a tentativa falhada de submissão da cidade pela força, ordenada por D. Manuel e levada a cabo em princípios de Janeiro de 1510 pelas armadas do Marechal Fernando Coutinho e de Albuquerque, a que se seguiram algumas tentativas de acordo entre o Samorim e o Governador — prejudicadas pelas manobras dilatórias dos oficiais das fortalezas de Cochim e de Cananor que, com o apoio dos respectivos soberanos, se opunham à política imperialista levada a cabo pel’O Terribil no Índico (conquista de Goa em 1510 e de Malaca em 1511) —, este veria autorizada pelo Nambeadirim, após um golpe palaciano por si instigado, a construção de uma fortaleza no porto de Calecut²⁵.

Este facto, que alterou por completo a correlação de forças na região, somado à circunstância de Albuquerque haver implementado uma política centrada no que designou como “o comércio de Índia em Índia” e não já exclusivamente no tráfico da pimenta destinado a assegurar o eficaz aprovisionamento da Carreira da Índia, contribuiu, naturalmente, para que a antiga ideia de construção em Cranganor de uma fortaleza acastelada (semelhante às que nessa primeira fase foram sendo construídas no Malabar, por responderem bem às investidas dos exércitos locais em virtude de estes não se encontrarem dotados com artilharia de bater com suficiente capacidade destrutiva) tivesse sido abandonada, só se voltando a equacionar mais tarde.

A situação prolongar-se-ia até 1525, data em que, após um longo assédio das tropas do Samorim, a fortaleza de Calecut foi abandonada, não sem antes ser

²³ Cf. Vitor Luís Gaspar Rodrigues, *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses do Oriente (1498-1622)*, vol. II, Edição policopiada, Lisboa, IICT, 1998, p. 463.

²⁴ Cf. António Bocarro, *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas [...]*, já cit., p. 197.

²⁵ Afonso de Albuquerque numa carta enviada ao monarca em 4 de Dezembro de 1510 informava-o de que procuraria instalar uma fortaleza em Calecut, o que lhe permitiria, de alguma forma, controlar um reino que era então o principal adversário dos portugueses na região e, sobretudo, libertar os seus soldados do enorme dispêndio de forças que representavam o seu bloqueio e a defesa dos reinos de Cochim e Cananor. Cf. *Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, dir. Raymundo António de Bulhão Pato, tomo I, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1898, p. 419. Sobre este assunto veja-se Geneviève Bouchon, *Mamale de Cananor, un Adversaire de l’Inde Portugaise (1507-1528)*, Genève-Paris, Groz, 1975, pp. 136 e seguintes.

destruída, por ordem do governador D. Henrique de Menezes. Este facto transformou por completo a correlação de forças político-militares na região, com as comunidades mercantis muçulmanas e os capitães-mores das suas frotas corsárias (o *Kunjali* em Calecut e o *Ali Raja* em Cananor) a assumirem progressivamente maior peso político e um maior potencial militar, o que obrigou os responsáveis portugueses a reequacionarem a necessidade de voltarem a construir novas fortalezas nessa região do malabar²⁶.

A exemplo do que já havia sucedido com a construção da fortaleza de Chalé em Dezembro de 1531, efetuada, como refere Zinadim, para apoio ao seu príncipe, por ser “passagem do Samorim, dos seus soldados e dos navegantes, e dominar o roteiro de Calecut à costa da Arábia, pois entre as duas cidades há apenas uma distância de duas farçangas”²⁷, também em 1536 a construção da fortaleza de Cranganor resultou da confluência de interesses entre a coroa portuguesa e o seu rei a quem, segundo Francisco de Andrada teria pertencido a iniciativa da construção do forte²⁸. O soberano local, que, no dizer de Tomé Pires, “ora se encosta a Cochim porque tem Cochim deste Reyno parte nas rendas, ora a Calecut, às vezes a nenguem”²⁹, pretendendo libertar-se da influência de Calecut apostava agora num acordo com os portugueses, tendo encetado negociações através do Vedor da Fazenda e de Diogo Pereira, anterior capitão de Chalé e uma das figuras mais influentes junto dos soberanos malabares, com quem se encontrava associado comercialmente e com os quais mantinha laços de amizade³⁰. Profundamente envolvido nos meandros económicos do comércio malabar e dominando perfeitamente a língua local, o que lhe valeu o cognome de “O Malabar”, Diogo Pereira³¹ foi então o interlocutor português nas negociações com o rei de Cranganor, que possibilitaram a edificação da fortaleza³².

A construção do “castelo na ponta de Cranganor” em 1536³³, ficou a dever-se ainda, segundo Gaspar Correia, ao facto de aí haver muita pedra, o que facilitou a sua construção. Os trabalhos decorreram sob a supervisão do já referido Diogo

²⁶ Sobre o assunto veja-se Luís Filipe dos Reis Thomaz, “Calecute”, in *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 165-167.

²⁷ Zinadim aponta o ano de 1537. Cf. *História dos Portugueses no Malabar* [...], já cit., cap. V, p. 58.

²⁸ Cf. *Crónica de D. João III* [...], já cit., III parte, cap. XX, p. 646.

²⁹ Cf. *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1978, p. 18

³⁰ Cf. Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III* [...], já cit., III parte, cap. XX, p. 646. Gaspar Correia refere que as negociações terão sido encetadas pelo Vedor da Fazenda e pelo capitão Martim Afonso de Sousa, que delegaram em Diogo Pereira a conclusão do assunto. Cf. *Lendas* [...], já cit., vol. III, p. 772.

³¹ Para uma vista mais detalhada desta ação no Malabar cf. Luís Filipe Thomaz, “O ‘Testamento Político’ de Diogo Pereira, O Malabar, e o Projecto Imperial dos Gamas”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. V, Lisboa, CHAM-UNL, 2004, pp. 74 to 141.

³² In Gaspar Correia, *Lendas* [...], *op. cit.*, vol. III, p. 699.

³³ Cf. Zinadim, *História dos Portugueses no Malabar*, Arabic manuscript of the XVIth century published and translated by David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, p. 63.

Pereira, que aí ficou como capitão da fortaleza até 1538³⁴, comandando um efetivo de alguns bombardeiros e 20 soldados, a que se somava um número não especificado de tropas malabares, recrutadas, porventura, entre a comunidade cristã local. O “castelo de S. Tomé”³⁵, como foi designado, teria uma planta quadrada, semelhante à desenhada por Pedro Barreto de Resende no código de António Bocarro (c. 1635), com quatro torreões nos cantos, sendo as suas muralhas muito semelhantes às das construções tipicamente medievais construídas no Malabar, destinadas sobretudo a uma defesa estática, que se adaptava na perfeição ao tipo de guerra de assédio praticada pelos potentados locais, em que imperavam os cercos prolongados e as escaladas.

Reformas da fortaleza e do presídio (1580-1662)

A sua estrutura organizativa manter-se-ia sem grandes alterações até finais da década de 1580, altura em que os responsáveis do “Estado da Índia” procederam a um reforço dos seus efetivos humanos, duplicando não só o número de soldados portugueses que compunham o seu presídio, mas aumentando também o número de “espingardeiros da terra”, que passaram a ser em número de 20. À fortaleza foi ainda adstrito um navio (uma *manchua*), manobrado por 20 marinheiros e destinado a apoiar a defesa da praça. Este reforço, no entanto, parece ter sido meramente circunstancial, uma vez que em 1607 o regimento da fortaleza voltava à antiga forma, prevendo apenas o pagamento do capitão, um condestável e dois bombardeiros, para além dos 20 soldados portugueses que compunham a guarnição da praça³⁶.

Das obras efetuadas na fortaleza ao longo do século XVI poucas ou nenhuma informação nos chegaram, embora, como podemos perceber através das representações conhecidas – todas elas já da centúria seguinte³⁷, seja notório que a antiga estrutura acastelada sofreu, ao longo desse período, poucas transformações. Através dessas plantas, em especial a desenhada por Pedro Barreto de Resende que é a que melhor documenta Cranganor, uma vez que os Atlas de Erédia³⁸ e de Viena³⁹, como refere Luís da Silveira, apenas dão linhas

³⁴ Cf. Luis Filipe Thomaz, “O ‘Testamento Político’ de Diogo Pereira, O Malabar [...]”, já cit., p. 127.

³⁵ In Gaspar Correia, *Lendas [...]*, op. cit., vol. IV, p. 155.

³⁶ Veja-se a tabela nº 21, in Vitor Luís Gaspar Rodrigues, *A Evolução da Arte da Guerra [...]*, op. cit., vol. II, p. 462.

³⁷ Cf. Manuel Godinho de Erédia, “Planta da praça de Cranganor [1618]”, in *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal feitas por ordem de Rui Lourenço de Távora, Vizo-rei da Índia. Por Manoel Godinho de Erédia Cosmographo em 618*, Código da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, nº 78; Pedro Barreto de Resende, “Planta da fortaleza de Cranganor, Estampa XXXIII [1635]” in António Bocarro, *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, vol. III Estampas, publicado por Isabel Cid, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992; “Planta da Fortaleza de Cranganor [c. 1641]”, in Autor Anónimo, *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental com as Descrições do Marítimo dos Reinos e Províncias onde estão situadas e outros Portos Principais daquelas Partes. Contribuição para a História das Fortalezas dos Portugueses no Ultramar*, publicado por Luís da Silveira, Lisboa, IICT, 1988, p. 87.

³⁸ Cf. Manuel Godinho de Erédia, «Planta da praça de Cranganor [1618]», in *Plantas de Praças [...]*, op. cit..

gerais do sítio⁴⁰, é possível perceber que nas primeiras décadas de Seiscentos, quer a fortaleza inicial, quer o núcleo urbano, formado posteriormente em torno da fortaleza e do qual sobressai um grande número de igrejas, se encontravam já defendidos por uma cerca de grande extensão. Esta era entrecortada por baluartes artilhados, na sua maioria cilíndricos, mas que aí surgem representados em muito maior número do que aqueles que existiam na realidade, já que, António Bocarro, na descrição que faz da praça, apenas refere e descreve cinco.

Com efeito, Bocarro, que em 1633 havia sido encarregue pelo vice-rei Conde de Linhares de proceder à descrição de todas as costas, portos e fortalezas do “Estado da Índia”, afirma que essa “cerca” distava da fortaleza de Cranganor aproximadamente um tiro de espingarda, circundando a praça numa extensão de 790 braças (cerca de 1460m). Tratava-se, em seu entender, de “um muro singelo e fraco”, com cerca de 2,80m de altura e apenas dois palmos de largura, razão pela qual não poderia suportar um ataque de artilharia. Ao longo desse muro encontravam-se cinco baluartes, a saber: o de São Gonçalo que estava à borda do rio da banda de leste, a 180 braças da fortaleza, “é uma casa redonda, de vinte metros de vão e cuberto de ola” e tem duas peças de artilharia; à distância de 30 braças e na mesma frontaria encontrava-se o baluarte de Santiago, com o mesmo feitio que aquele e artilhado com um *falcão* de bronze; seguia-se-lhe, a 157 braças, o baluarte de Santa Cruz, cilíndrico como os demais e artilhado com um *falcão pedreiro*, defendia a porta que dava acesso ao campo; a 180 braças e fronteiro ao colégio da Companhia de Jesus estava o baluarte de S. João, também ele defendido com um *falcão*; por último, a uma distância de 95 braças encontrava-se o baluarte de N.^a Snr.^a do Bom Sucesso, de onde partia um muro ao longo do rio, numa extensão de 148 braças, que encostava à fortaleza. Tal como os demais baluartes, também este se encontrava artilhado com um *falcão*⁴¹.

Bocarro descreve a fortaleza como um “quadrado perfeito, com quatro baluartes redondos nos quatro cantos (o que significava um avanço significativo na arte de fortificar relativamente aos antigos baluartes quadrados, característicos da fase inicial de instalação dos portugueses no Malabar), ficando o da terra, que era o maior, num plano superior aos restantes, tendo este uma largura de vinte passos (cerca de 16,5m) e os restantes dez. O comprimento de cada lanço de muralha é de dez braças (cerca de 18,5m), a altura de três (cerca de 5,5m) e a largura de seis palmos com os seus parapeitos (aproximadamente 1,35m). Os dois baluartes da banda de leste e os dois lanços em que a água do rio bate, ficam por vezes com aberturas por causa das enchentes e correntes [...]”⁴². Dentro dos muros da

³⁹ Cf. “Fortaleza de Cranganor”, in *Portugiesische Manuskriptatlanten* – O. Quelle, Berlim, 1963.

⁴⁰ Cf. Luís da Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, 3º vol., Lisboa, Ministério do Ultramar – Junta de Investigações do Ultramar, p. 411.

⁴¹ Cf. António Bocarro, *Livro das Plantas de todas as fortalezas* [...], op. cit., vol. II, pp. 193 e 194.

⁴² *Idem, Ibidem*, p. 192 e 193.

fortaleza há um poço de água, um armazém de munições e mantimentos, uma igreja a que chamam Sé e as casas do capitão. O seu parque de artilharia era constituído por quatro grandes peças de bronze (quatro *esperas* de diferentes calibres), cinco *falcões* e três *meios falcões*, que disparavam pelouros de pedra e de ferro, todos colocados nos seus reparos e prontos a disparar, num total de doze bocas de fogo, a que haveria ainda que adicionar os cinco falcões que guarneciam os baluartes da cerca exterior, perfazendo assim um número substancialmente superior ao que guarnecia a fortaleza em períodos anteriores.

Na povoação residia uma população composta por cerca de cem “casados”, dos quais quarenta eram antigos soldados “*reinóis*”, alguns deles tão pobres que nem armas tinham, e os restantes marinheiros e pescadores, para além de cerca de vinte cristãos de S. Tomé, que “são muito boa gente de armas”. A sua guarnição, que por esta altura compreendia também os soldados de Palipuram, como atrás referimos, era composta por 114 soldados, seis capitães (um para cada um dos cinco baluartes e o restante para a “*ramada*”, onde se encontrava o sino de vigia) e um cabo, comandados pelo capitão da fortaleza, que era também capitão-mor do presidio. A estes se juntavam ainda, sempre que a situação o exigisse, um largo contingente de soldados malabares arregimentados de entre a população cristã, os quais eram “mui boa gente de armas” em particular na guerra terrestre⁴³.

A conquista holandesa

As deficiências estruturais da cerca exterior, apontadas por Bocarro devem, no entanto, ter sido corrigidas ou atenuadas nos anos que se seguiram até à conquista da praça pelos Holandeses, em Janeiro de 1662, porque, como refere Philip Baldaeus, Cranganor era então “a place strongly fortified”⁴⁴. De acordo com o seu relato, os responsáveis holandeses após terem desembarcado os seus homens “found (beyond expectation) the fortifications in such a state, as not to be attacked without great cannons. Above fourteen days being spent in raising batteries, making of trenches and breaches, but to no great purpose, and the approaching season obliging us to carry on the siege with all possible expedition, it was resolved (upon intelligences given by a certain person, concerning the condition of the place) to attack the point next to the river [...] very early in the morning”⁴⁵.

Incapazes de proceder ao desmantelamento das muralhas da fortaleza, os Holandeses conseguiram penetrar no recinto fortificado da praça precisamente pelo

⁴³ *Idem, Ibidem*, p. 194 a 196.

⁴⁴ O desenho que ilustra a obra de Baldaeus apresenta um pano de muralha virado para o rio com proporções muito significativas. Cf. “Cranganor/Van allen siden aan te sien”, in *Naauwkeurige Beschryvinge van Malabar en Choromandel, der zelve aangrenzende Ryken. En het machtige Eyland Ceylon. Door Philippus Baldaeus*, Amsterdam, by Johannes Jansonius van Waasberge Someren, Anno 1672.

⁴⁵ Cf. *A Description of the East India Coasts of Malabar and Choromandel and also of the Isle of Ceylon, with their adjacent Kingdoms and Provinces*, New Delhi, Asian Educational Services, 1996, vol. 3, cap. XVIII, p. 629.

pano de muralha próximo do rio, que já Bocarro afirmara ser o mais vulnerável em virtude da ação erosiva das águas que todos os anos abriam novas brechas nas suas fundações. Cranganor foi então capturada após um violento combate, que se traduziu num grande número de baixas entre os dois contendores, em especial entre os defensores: “on the Portuguese side above 200 christians were killed, besides a Great number of Nairs, and among the rest Urbano Fialho Ferreira the Governor of the Place”⁴⁶.

Do relato ressalta a importância dos “casados” na defesa de Cranganor, na linha, aliás, do que há muito sucedia na generalidade do “Estado da Índia” e, em especial, nas fortalezas mais pequenas. Com um número de soldados adstritos à Fortaleza as tarefas defensivas ficavam cometidas, assim aos seus habitantes, apoiados em regra num grande número de escravos e pelos próprios eclesiásticos que aí se encontravam. Baldaeus, a este propósito, chama à atenção para o grande número de igrejas ali existente, em número de sete, e menciona a magnificência do “Noble College of the Jesuits, with a stately Library belonging to it, the structure itself being not inferior to many in Europe” e elogia “the College of Chanotte, famous for the reform of the Christians of S. Thomas”, onde existia uma escola para educação da sua juventude e onde era ensinada a língua siríaca aos cristãos malabares⁴⁷. Dos relatos da refrega ressalta, no entanto, a extrema dificuldade sentida pelos Holandeses para senhorear a praça, não só por a sua artilharia haver sentido algumas dificuldades perante a resistência das cortinas de muralhas da fortaleza, mas também pela forte e tenaz oposição que lhes foi movida pelos defensores da praça.

Após a sua conquista, os Holandeses, aproveitaram parte da antiga fortaleza portuguesa, construindo mais tarde uma nova fortificação, de planta triangular, que viria a ser arruinada na centúria seguinte em resultado das invasões dos exércitos do Reino do Mysore comandados pelo Sultão Tipu (Fateh Ali Sahab Tipu – 1750-1799).

Conclusão

O trabalho que agora se conclui ressalta a importância de que se revestiu a foz do Periyâr para os responsáveis portugueses ao longo de todo o século XVI e a primeira metade do seguinte. Com efeito, essa região era não só, como bem afirmou Luís Filipe Thomaz, “uma escápula importante do tráfego regional de pimenta, que por ali assava da laguna [Vembanad] para o mar alto para ganhar em seguida Calecut”⁴⁸, mas também um importante centro geoestratégico, em virtude de se tratar da principal zona de passagem dos exércitos do Samorim por altura dos

⁴⁶ *Idem, Ibidem.*

⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 630.

⁴⁸ Cf. Luís Filipe Thomaz, “O ‘Testamento Político’ de Diogo Pereira, O Malabar [...]”, já cit., p. 126.

ataques lançados sobre o vizinho reino de Cochim, o principal aliado dos portugueses na região.

Foi, pois, com naturalidade que os responsáveis da coroa manuelina aí procuraram estabelecer um sistema fortificado formado pela torre de Palipuram, construída em 1507 à saída da Barra, e a fortaleza de Cranganor, edificada bastante mais tarde, em 1536, em virtude das transformações político-militares operadas por Afonso de Albuquerque na região. Em conjunto aquelas duas fortalezas revelar-se-iam de fundamental importância para que os portugueses pudessem exercer, ao longo do período em que as senhorearam, um controlo mais apertado dos fluxos da pimenta e da passagem dos exércitos do Samorim.

Tratando-se ainda de uma fortificação acastelada, a exemplo do sucedido com a generalidade das fortalezas malabares portuguesas construídas nos primeiros anos de implantação no Índico, o castelo e a cerca de Cranganor foram alvo de sucessivas transformações das suas estruturas ao longo do século XVI e XVII, que permitiram à sua guarnição, com o apoio dos “casados” e de um grande número de cristãos-malabares, resistir aos ataques dos potentados vizinhos.

Essas “reformações” revelar-se-iam, no entanto, insuficientes quando os responsáveis da VOC (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*), cientes da importância estratégica de Cranganor, se apoderaram da praça em inícios de 1662. A sua conquista como que renunciou a rendição de Cochim, ocorrida no ano seguinte, em 1663, após o ataque da armada de Rijckloff Van Goens, que a transformou na capital do malabar neerlandês.

Fontes Manuscritas

Borrão original de algumas folhas das Instruções Régias (Regimento Real) dadas a Cabral para a sua viagem, c. Fevereiro de 1500, in A.N.T.T., *Leis sem data*, maço I, nº 21

Plantas de Praças das Conquistas de Portugal feitas por ordem de Rui Lourenço de Távora, Vizo-rei da Índia. Por Manoel Godinho de Erédia Cosmographo em 618, Códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, nº 78.

Fontes Impresas

A Description of the East India Coasts of Malabar and Choromandel and also of the Isle of Ceylon, with their adjacent Kingdoms and Provinces, New Delhi, Asian Educational Services, 1996.

ANDRADA, Francisco de *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmãos, 1976.

BOCARRO, António, *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, vol. III Estampas, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.

BOCARRO, António, *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, transcrição de Isabel Cid, vol. II, Lisboa, INCM, 1992.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, vol. I, Porto, Lello & Irmão Editores, 1979.

CORREIA, Gaspar *Lendas da Índia*, vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1975.

CORREIA, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992.

Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental com as Descrições do Marítimo dos Reinos e Províncias onde estão situadas e outros Portos Principais daquelas Partes. Contribuição para a História das Fortalezas dos Portugueses no Ultramar, Lisboa, IICT, 1988.

LUZ, Francisco Paulo Mendes da (ed.). *Livro das Cidades e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das Capitánias, e mais cargos que nelas há, e da importância deles*, Lisboa, Centro de estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

Naaaukeurige Beschryvinge van Malabar en Choromandel, der zelve aangrenzende Ryken. En het machtighe Eyland Ceylon. Door Philippus Baldaeus, Amsterdam, by Johannes Jansonius van Waasberge Someren, 1672.

PATO, Raymundo António de Bulhão (dir.), *Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1898.

QUELLE, O., *Portugiesische Manuskriptatlanten*, Berlim, 1963.

Bibliografia

AUBIN, Jean "L'Apprentissage de L'Inde. Cochin 1503-1504", in *Moyen Orient & Océan Indien. Middle East & Indian Ocean, XVIe-XIXe s.*, vol. IV, Paris, Société d'Histoire de l'Orient, 1987.

BOUCHON, Geneviève, *Mamale de Cananor, un Adversaire de l'Inde Portugaise (1507-1528)*, Genève-Paris, Groz, 1975.

- CORTESÃO, Armando (ed.), *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1978.
- COSTA, Fontoura da, *Os sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa referentes à armada de Cabral*, Lisboa, A.G.U., 1968.
- DIAS, Pedro, *Arte de Portugal no Mundo. Índia. Urbanização e fortificação*, Lisboa, Ed. Público, 2009.
- LAGOA, Visconde da, *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina. I Parte Ásia e Oceânia*, Lisboa, Ministério das Colónias, 1950.
- LEITÃO, Humberto e LOPES, J. Vicente, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, Lisboa, CEHU/JICU, 1974.
- LOPES, David (ed.), *História dos Portugueses no Malabar. Manuscrito Árabe do século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.
- MENON, K. P. Padmanabha *History of Kerala, written in the form of notes on Visscher's Lettres from Malabar*, 2 vol., New Delhi e Madras, Asian Educational Services, 1993.
- MOREIRA, Rafael, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.
- RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar e MENDIRATTA, Sidh, "Kodungallor [Cranganor] (Índia)", in *Património de Origem Portuguesa no Mundo. Arquitectura e Urbanismo. Ásia, Oceania*, dir. José Mattoso, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 380/381.
- RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar, "The "Easternization" of the Portuguese Fleets in the Asian Seas during the 16th Century: causes and consequences", in *Gujarat and the Sea*, (ed.) Lotika Varadarajan, Vadodara – Gujarat –India, Darshak Itihas Nidhi, 2011.
- RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar, *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses do Oriente (1498-1622)*, vol. II, Edição policopiada, Lisboa, IICT, 1998.
- SILVA, Joaquim Candeias da, *O Fundador do 'Estado Português da Índia' D. Francisco de Almeida 1457(?) -1510*, Lisboa, CNCDP-CM, 1996.
- SILVEIRA, Luís da, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, 3º vol., Lisboa, Ministério do Ultramar – Junta de Investigações do Ultramar, s.d.
- THOMAZ, Luís Filipe, "O 'Testamento Político' de Diogo Pereira, O Malabar, e o Projecto Imperial dos Gamas", in *Anais de História de Além-Mar*, vol. V, Lisboa, CHAM-UNL, 2004, pp. 74 -141.
- THOMAZ, Luís Filipe, *A lenda de S. Tomé apóstolo e a expansão portuguesa, Série separatas*, nº 233, Lisboa, IICT_CEHCA, 1992. Separata de *Lusitania Sacra*, revista do Centro de Estudos de História Religiosa, 2.ª série, tomo III (1991), pp. 349-418.
- THOMAZ, Luís Filipe dos Reis, "Calecute", in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 165-167.
- YULE, Henry e BURNEL, A. C., *Hobson and Jobson. A Glossary of colloquial Anglo-Indian words and frases, and of Kindred Terms, Etymological, Historical, Geographical and Discursive*, 4ª ed., New Delhi, Munshiram Manoharlal Publishers, 1984.



Figura 3 – Torreão da fortaleza de Cranganor (foto do autor).



Figura 4 – “Planta da Fortaleza de Cranganor [1635]”, por Pedro Barreto de Resende, in *Livro das Plantas de Todas as Fortalezas ...*, Mss. Évora.

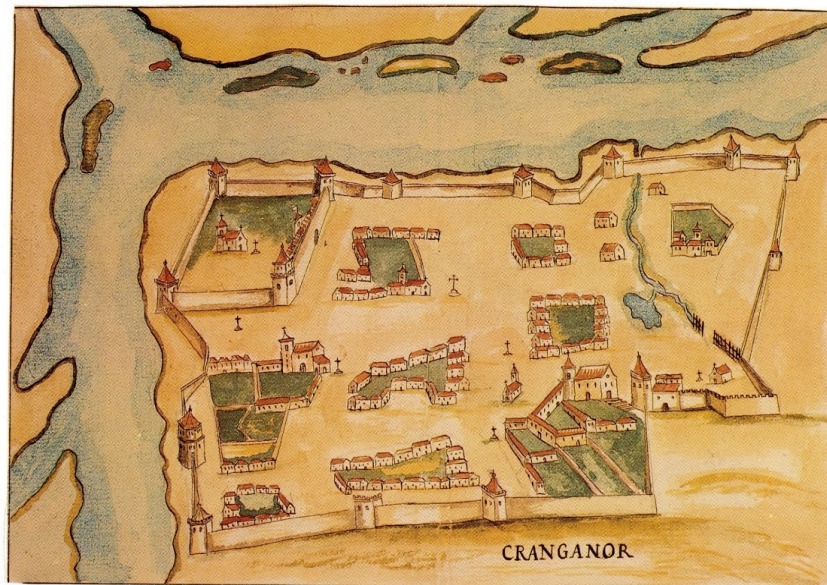


Figura 5 – “Planta da Fortaleza de Cranganor [c. 1641]”, in *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental ...*, Mss. Casa de Bragança - Vila Viçosa.

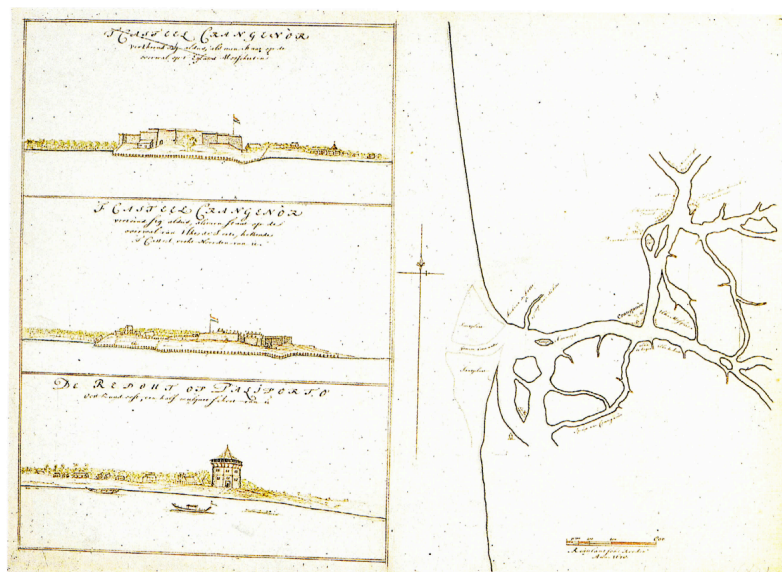


Figura 6 – “Cranganor/Van allen siden aan te sien”, in *Naauwekeurige Beschryvinge van Malabar en Choromandel [...]*, por Philippus Baldaeus, 1672.